

PERIÓDICOS, EDUCAÇÃO EM MUSEUS HISTÓRICOS E AS INFLUÊNCIAS DE PAULO FREIRE

Periodicals, Education in Historical Museums, and the Influences of Paulo Freire

Patrícia Cristina da Cruz Sá¹

Resumo: O presente artigo constitui parte de uma pesquisa de doutorado atualmente em desenvolvimento, que visa explorar a educação em museus históricos, entrelaçando História da Educação, Museologia e preservação do patrimônio cultural. Reconhecendo o museu como um espaço dinâmico de construção de identidade e educação, buscamos expandir o debate sobre a dimensão educativa e social dos museus. Neste artigo analisamos as influências do pensamento de Paulo Freire nas ações educativas nos museus históricos relatadas nas publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o *International Council of Museums* (ICOM) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), além dos Anais do Museu Histórico Nacional e do Museu Paulista. A pesquisa analisa periódicos de 1958 a 2022. O marco inicial em 1958 refere-se ao Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, ocorrido no Museu de Arte Moderna (MAM/RJ), evento que impulsionou o debate sobre a educação em museus e o atendimento às escolas. Em 2022, o ICOM promoveu a revisão da definição de museu, cuja nova versão reflete a diversidade e relevância dos museus na atualidade, resultante de um processo coletivo de discussão e reflexão entre os países signatários da ONU

Palavras-chave: Educação em Museus Históricos; Paulo Freire; Periódicos.

¹ Doutorando em Educação. Universidade de São Paulo. patricia_cruz@usp.br.
<https://lattes.cnpq.br/7462228093764790>

Abstract: The present article is part of an ongoing doctoral research project aimed at exploring education in historical museums, intertwining the history of education, museology, and the preservation of cultural heritage. Recognizing the museum as a dynamic space for identity construction and education, we seek to expand the debate on the educational and social dimensions of museums. In this article, we analyze the influences of Paulo Freire's thought on educational activities in historical museums as reported in the publications of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), the International Council of Museums (ICOM), and the Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), as well as in the Anais do Museu Histórico Nacional and the Museu Paulista. The research analyzes periodicals from 1958 to 2022. The starting point in 1958 refers to the UNESCO Regional Seminar on the educational role of museums, held at the Museu de Arte Moderna (MAM/RJ), an event that propelled the debate on museum education and school engagement. In 2022, ICOM revised the definition of museums, and the new version reflects the diversity and relevance of museums today, resulting from a collective process of discussion and reflection among UN member states.

Keywords: Education in Historical Museums; Paulo Freire; Periodicals.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como principais fontes os Anais do Museu Paulista e os Anais do Museu Histórico Nacional. Além desses, foram selecionadas as publicações do Comitê para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus - CECA/ICOM, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, órgãos de referência para o Patrimônio Cultural e para os museus. A partir desses documentos, pretendemos cartografar as relações – aproximações ou distanciamentos – entre a Educação e a Museologia.

O mapeamento desses periódicos é um processo importante para a pesquisa, pois nos permite identificar o conhecimento existente, as lacunas e as tendências emergentes no campo da educação em museus, assim como as novas orientações e os novos desafios. Periódicos são uma das ferramentas para se entender como as instituições se colocam diante da divulgação do conhecimento científico. E, no que tange ao patrimônio e aos museus, os periódicos são uma das principais formas de divulgação das pesquisas realizadas em seus interiores. Logo, as publicações selecionadas compreendem parte relevante da História da Museologia, não só em termos de longevidade, como também de referências importantes para o campo. E, sob a luz da História da Educação, essas publicações podem apontar para a circulação das ideias pedagógicas nos museus e no patrimônio cultural.

No processo de investigação, localizamos 24 revistas acadêmicas brasileiras ligadas a instituições museológicas ou que trabalham com a temática museu e museologia. Esses periódicos são reconhecidos pelo Sistema Qualis da CAPES², que busca garantir isonomia e qualidade na pesquisa acadêmica e em sua divulgação. Portanto, tendo como parâmetro o sistema Qualis³, as duas publicações de museus selecionadas para esta análise possuem a seguinte classificação: A1 para os Anais do Museu Paulista e B3 para os Anais do Museu Histórico Nacional. Ambas estão classificadas na área de Comunicação e Informação – área na qual a Museologia se insere na CAPES. A Revista

² O Qualis é um sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que relaciona e classifica os periódicos utilizados para a divulgação da produção intelectual. Os padrões adotados influenciam como as revistas passam a se organizar, desde o layout da publicação até o convite a auditores externos, tanto para a comissão editorial quanto para a organização de dossiês temáticos. Antes da criação da Qualis, os padrões das publicações estavam mais ligados ao prestígio da instituição à qual estavam ligadas e aos seus editores e diretores. Superar a endogeneidade, em prol da qualidade das publicações acadêmicas, é um dos objetivos desse mecanismo.

³ A classificação divulgada pela CAPES em 29 de dezembro de 2022 representa a Avaliação Quadrienal 2017-2020.

Musas, editada pelo IBRAM, possui Qualis B3 na mesma área e a Revista do Patrimônio, publicação do IPHAN, é classificada como B2. Já a *ICOM Education*, publicada pelo CECA/ICOM, está qualificada com C no sistema e, considerando a influência internacional do ICOM e a própria interdisciplinaridade das instituições às quais a publicação se dedica, está inserida na área Interdisciplinar da CAPES.

Além da classificação no sistema Qualis, essas publicações são reconhecidas nas áreas de Museologia pela relevância das instituições que as promovem, como o CECA/ICOM, voltado à pesquisa, divulgação e promoção de boas práticas em educação em museus.

O IPHAN, por sua vez, é historicamente reconhecido como um catalisador na temática do patrimônio cultural e de sua preservação, propondo, por exemplo, o conceito de educação patrimonial como prática voltada ao fortalecimento da relação entre a sociedade e o patrimônio, bem como a valorização e a preservação. Por outro lado, o IBRAM, ao se desvincular do IPHAN, propõe o conceito de Educação Museal. Buscamos, assim, identificar as nuances desses métodos e conceitos em seus periódicos mais longínquos e tradicionais.

A identificação dos trabalhos foi realizada com base nas palavras-chave: educação em museus, educação museal, educação para o patrimônio e educação patrimonial⁴. Considerando o recorte temporal e o foco nos museus históricos, temos o seguinte arranjo:

Tabela 1 - Textos sobre educação em Museus Históricos

Periódico	Volumes analisados	Quantidade de textos sobre educação em museus históricos
Anais do Museu Histórico Nacional	48	8

⁴ Sobre os termos, conceitos e metodologias da educação no campo dos museus, recomendamos o artigo: CRUZ, Patrícia; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Educação em museus: entre conceitos e práticas. *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, v. 12, n. 1, p. 159-187, 2022. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/301>. Acesso em 5 de abril de 2025.

Anais do Museu Paulista	63	1
Revista do Patrimônio - IPHAN	27	1
Revista Musas - IBRAM	8	3
<i>ICOM Education - ICOM</i>	29	13

Fonte: Produzido pela autora, 2024

A partir desse arranjo, observou-se que os museus históricos e seus programas educativos abordam uma variedade de preocupações, com destaque para a formação de público e o ensino de História. A práxis freiriana, por exemplo, é mencionada como um fundamento teórico para a defesa de um museu aberto ao diálogo e mais horizontal em sua relação com os visitantes. No recorte deste artigo iremos verticalizar nos textos que evocam as obras de Paulo Freire (1921 - 1997). A partir do arranjo inicial trazemos uma síntese dos textos que utilizam Freire na perspectiva educacional nos museus:

Tabela 2 - Textos que referenciam Paulo Freire.

Ano da Publicação	Título	Autor	Periódico	Obra de Freire Referenciada
2004	Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio	Mario Chagas	Revista Musas	<i>L'éducation, pratique de la liberté</i> (1992)
2005	Ao saber e aos saberes de Paulo Freire: Experiências da Educação Patrimonial em Minas Gerais	Rui Mourão	Revista do Patrimônio	Pedagogia do oprimido (1968) e Pedagogia da autonomia (1996)
2007	As tramas do objeto do ensino de História	Francisco Régis Lopes Ramos	Anais do MHN	Educação como prática da liberdade (1967)
2016	Museu, memória e gestão: políticas do Museu do Ceará (1990-1993)	Yazid Jorge Guimarães Costa	Anais do MHN	Pedagogia do oprimido (1968)

Fonte: Produzido pela autora, 2024

Esses textos tratam da educação em museus em diferentes graus e trazem Paulo Freire para o diálogo de diversas formas. Com essa perspectiva, podemos observar como as ideias de Paulo Freire são utilizadas. Por um lado, notamos que o pedagogo está presente em apenas quatro textos. É importante observar a escassa menção a Paulo Freire nos textos analisados, o que pode ser influenciado pelas dinâmicas de poder presentes nas instituições museológicas. Em outras palavras, os museus, especialmente os históricos, frequentemente refletem e perpetuam as narrativas e os interesses das classes dominantes. Essas instituições podem, portanto, optar por não enfatizar ou promover em suas práticas as ideias de Freire, que são frequentemente associadas a pedagogias críticas e emancipadoras, questionando as estruturas de poder estabelecidas. Dessa forma, a escolha de não referenciar amplamente Paulo Freire nos textos pode ser uma decisão consciente ou inconsciente, influenciada pelo desejo de manter as narrativas tradicionais e hegemônicas. Ao escreverem sobre educação em museus, os autores podem estar inseridos em um ambiente acadêmico ou profissional que privilegia determinadas abordagens e perspectivas, muitas vezes alinhadas com os interesses das instituições museológicas dominantes. Isso pode levar a uma menor incorporação das ideias de Freire em seus trabalhos, seja por falta de incentivo, receio de confrontar a narrativa dominante ou simplesmente por não considerarem essas ideias como relevantes no contexto em que atuam.

1. EDUCAÇÃO BANCÁRIA NOS MUSEUS HISTÓRICOS

É possível identificar que a obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) é utilizada em três dos quatro trabalhos. Porém, observamos que tanto Rui Mourão (2005) quanto Yazid Jorge Guimarães Costa (2016) recorrem à obra de Freire para enfatizar que os museus históricos não devem atuar

com a “educação bancária” (FREIRE, 1968). Essa educação nos museus é entendida pelos autores como uma ação museológica, seja do serviço educativo, seja do setor de pesquisa ou do expositivo, em que, ao preparar sua atividade, não deixa espaço para a construção do conhecimento histórico em parceria com o sujeito que visita o museu.

Embora Mourão (2005) e Costa (2016) citem Pedagogia do Oprimido, a relação com Freire é breve, servindo principalmente para criticar o discurso unilateral dos museus históricos. O trecho apresentado por Mourão é o seguinte:

O que acontecia era simples repasse automatizado de conhecimentos, mesmo assim em quantidade mínima. Garranchos de escrita somados à gaguejada imperícia de leitura. Mal se poderia definir a experiência como de 'educação bancária', nos termos da conhecida fórmula de Paulo Freire. Os elementos que o público-alvo conseguiria arquivar – que recebia como depósitos – eram, na realidade, quase inexistentes, por ação do esquecimento a curto prazo, sendo desarquivados (MOURÃO, 2005, p. 211).

O autor dedica-se, nesse trecho, à análise da implantação do Mobral e de seus impactos sobre os museus. Embora o programa utilizasse elementos da metodologia de alfabetização freiriana, como o conceito de "palavra geradora" — coletada a partir das experiências e contextos dos alunos —, no Mobral essas práticas foram impostas de forma vertical, contrariando a essência dialógica e participativa do método proposto por Paulo Freire.

Embora critique a adoção superficial do método freiriano pelo Mobral, Mourão (2005) reconhece os esforços do Museu da Inconfidência, objeto de sua análise, em alinhar-se a uma pedagogia mais dialógica. De acordo com Mourão (2005), o museu adotou práticas que respeitavam a individualidade das crianças e permitiam alguma escolha na expressão artística. Apesar disso, o texto não evidencia um profundo engajamento com o método freiriano. A ênfase parece estar mais na adaptação das crianças ao tema do patrimônio histórico do

museu, sem necessariamente envolver uma prática educativa em que os alunos constroem criticamente o conhecimento a partir de suas próprias experiências e contextos.

Rui Mourão (2005) traça a história do Museu da Inconfidência e aborda o descaso sofrido pela instituição por parte das gestões governamentais. O autor defende que a chegada de educadoras à instituição estabeleceu um novo diálogo. Aponta que o museu enfrentava sérios problemas de manutenção, equipe reduzida, má conservação do acervo e dificuldades financeiras, sendo visitado apenas por integrar o roteiro turístico de Ouro Preto. Foi com a chegada de Elizabeth Salgado de Sousa, professora da Fundação de Arte de Ouro Preto, na década de 1970, que o “museu saiu do ostracismo” (MOURÃO, 2005, p. 209).

Ainda segundo o autor, os alunos iam ao museu para “complementar o aprendizado” (MOURÃO, 2005, p. 211). Embora fosse um museu histórico, os alunos participantes eram convidados a desenhar. Entendia-se que a educação artística era o meio pelo qual o patrimônio se inseria no contexto dos alunos. A proposta do serviço educativo era que, a partir dos desenhos, os alunos realizassem pesquisas sobre os personagens da exposição e, posteriormente, criassem uma dramaturgia.

Trazendo a obra *Pedagogia da Autonomia* (1996) como referência, Mourão (2005) afirma que os alunos tinham a escolha de qual material utilizar. Embora o serviço educativo utilizasse o acervo do museu para além do desenho, possibilitando aos alunos uma aproximação com os objetos históricos, isso permitia que a percepção dos alunos sobre os objetos pudesse alterá-los e ressignificá-los. A atividade educativa desenvolvida também buscava ser um diferencial na política do Mobral, que não respeitava a individualidade. Esperava-se que o setor educativo ajudasse os alunos a desenvolver técnicas artísticas e, a partir do tema

do patrimônio, pintassem fachadas e elementos arquitetônicos. O serviço oferecia essas oportunidades, mas, segundo o autor, respeitava-se a autonomia dos alunos, permitindo-lhes escolher a forma de expressão artística a ser utilizada.

Ao evocar as obras *Pedagogia do Oprimido* (1968) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), Mourão (2005) busca legitimar as atividades educativas no museu à luz das teorias de Freire, demonstrando uma convergência de pensamento. Essa estratégia de argumentação fortalece a conexão entre suas práticas e a pedagogia crítica de Freire. Porém, o que não nos fica é se essas atividades foram planejadas a partir desse arcabouço teórico ou se o referencial freiriano foi incluído apenas na produção do texto.

Por seu turno, o texto de Yazid Jorge Guimarães Costa, publicado em 2016 nos *Anais do MHN* com o título *Museu, Memória e Gestão: Políticas do Museu do Ceará (1990-1993)*, discute os usos políticos da memória. A abordagem apresenta as tensões relacionadas à transferência da sede do Museu do Ceará para um edifício tombado pelo IPHAN, à alteração do nome da instituição com a remoção de dois adjetivos distintivos "Histórico" e "Antropológico", e à mudança no perfil de seus gestores para historiadores com formação universitária no referido campo de estudo.

No texto, o autor afirma que, durante a gestão de Osmírio Barreto, de 1971 a 1990, havia uma preocupação com o papel educativo, porém classifica esse papel educativo como sendo uma educação não dialógica. Os objetos museológicos eram vistos, nesse sentido, como a "materialização de um passado organizado pelo homem, exposto ao visitante e disponível para ser aprendido" (COSTA, 2016, p. 243), ou seja, um passado que devia ser aprendido, mas não questionado.

Ao longo do texto, o autor demonstra que a trajetória do Museu do Ceará está profundamente interligada com relações sociais e políticas

que transcendem o museu. Em suas palavras, “essa política é pautada por interesses de grupos que estão em constante disputa não apenas para controlar o poder no presente, mas para moldar o passado de acordo com seus anseios e objetivos” (COSTA, 2016, p. 255).

A imposição de narrativas históricas hegemônicas, como aponta Costa (2016), reflete a atuação das classes dominantes, que controlam não apenas a educação, mas também a memória institucionalizada nos museus. Isso reforça a visão de que a educação e os museus são campos de disputa, utilizados para perpetuar um único discurso de memória e patrimônio.

Paulo Freire, ao abordar a relação entre educandos e educadores no contexto brasileiro da década de 1960, aponta que essas são “relações fundamentalmente narradoras” (FREIRE, 1968, p. 71), ou seja, uma comunicação unilateral, em que o professor é quem narra e o aluno é quem escuta passivamente. Dessa forma, podemos observar que, da mesma maneira que se dava a relação educador-educando, também se dava a relação museu-visitante. O contrário da “educação bancária” (FREIRE, 1968) é a “educação problematizadora/libertadora” (FREIRE, 1968), que, segundo Freire:

[...] na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (FREIRE, 1968, p. 89)

Podemos refletir que, no caso dos museus, o oposto de uma expografia bancária — onde a história de personagens históricos é narrada como se fossem heróis, e o visitante assume um papel passivo ao receber essa narrativa — seria um museu como espaço de “compreensão de mundo” (FREIRE, 1968, p. 89). Nesse contexto, o visitante é convidado a estabelecer uma relação de igualdade com a instituição, tornando-se sujeito participante dos processos museológicos.

Observamos ainda que tanto Rui Mourão (2005) quanto Yazid Jorge Guimarães Costa (2016) recorrem às ideias de Paulo Freire, presentes na obra *Pedagogia do Oprimido* (1968), para contestar um modelo autoritário de narrativa vigente nas instituições. Rui Mourão (2005) relata que os alunos visitantes do museu eram incentivados a participar de atividades educativas com o objetivo de construir narrativas alternativas às apresentadas na exposição, além de realizarem pesquisas adicionais sobre personagens históricos. A problemática não reside na atividade educativa em si, mas no fato de que o serviço educativo precisa encontrar formas de esclarecer aos alunos que a exposição representa uma narrativa oficial, que não contempla as demais classes sociais. Outros departamentos do museu, por sua vez, mostram-se incapazes de perceber essa limitação, refletida inclusive na formação da coleção, que favorece a narrativa da classe dominante em detrimento das classes marginalizadas no discurso histórico.

A ideia do protagonismo dos sujeitos nos museus históricos é discutida por Rui Mourão (2005) e Yazid Jorge Guimarães Costa (2016). Ambos destacam como a participação social transforma essas instituições em espaços dinâmicos de conhecimento. Ambos os autores observam como os poderes políticos e sociais influenciaram profundamente o destino das instituições. No Museu da Inconfidência, essa influência foi tão marcante que a instituição quase desapareceu em meio ao descaso, enquanto no Museu do Ceará ela se manifestou através do domínio discursivo.

Os autores exploram a influência das ideias de Paulo Freire nos museus históricos, destacando esses espaços como arenas de disputa social e cultural. Mourão (2005) demonstra como o Museu da Inconfidência foi moldado por forças políticas e sociais, enquanto Costa (2016) discute o domínio discursivo no Museu do Ceará. À sua maneira, os dois autores sugerem que os museus não são apenas locais de

preservação passiva da história, mas também plataformas para uma educação libertadora, conforme preconizado por Freire.

1.1 As palavras e os objetos geradores

Paulo Freire desenvolveu seu conceito de educação problematizadora e o método de alfabetização com as “palavras geradoras”, no qual o ponto de conexão entre o aprendizado e o cotidiano do educando é a força motriz do processo de mudança do meio em que o educando vive. Nas palavras de Freire, “Se, na etapa da alfabetização, a educação problematizadora e da comunicação busca e investiga a ‘palavra geradora’, na pós-alfabetização, busca e investiga o tema gerador.” (FREIRE, 1968, p. 126). Ou seja, o processo de alfabetização não termina com o saber ler e escrever. A obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) não apenas sintetiza o método de alfabetização de Paulo Freire, mas também apresenta críticas incisivas ao sistema educacional brasileiro do século XX. Freire denuncia a perpetuação do domínio da classe trabalhadora pela elite política e capitalista. Argumentamos aqui que, assim como a classe dominante controla a educação, ela também controla o discurso histórico e as narrativas museológicas. A elite decide como os museus históricos devem trabalhar e divulgar suas coleções, determinando quais objetos merecem ser preservados e quais devem ser esquecidos. Essa decisão ocorre por meio da valorização simbólica dos bens culturais e da dominação do discurso sobre o que é considerado belo e relevante para ser preservado. Essa realidade trouxe aos museus históricos um problema de distanciamento em relação ao público.

O trabalho de Francisco Régis Lopes Ramos (2007), publicado nos *Anais do Museu Histórico*, traz a problemática dos objetos museológicos. A questão posta está ligada à falta de uma política de aquisição de acervo, à gestão e à pesquisa dessas coleções, à falta de organicidade

no acervo, à coleta com um olhar acumulativo e à pouca informação agregada às coleções. Esse cenário resulta em exposições frequentemente esvaziadas de significado contextual. O que Ramos propõe é mudar essa perspectiva. O uso dos objetos como pontes de conexão com o visitante possibilita várias vantagens. A primeira é a conexão entre o museu e o visitante; a segunda é a reflexão crítica do passado e, conseqüentemente, do presente, entre outras descritas pelo autor. Ramos (2007) desenvolve a ideia dos “objetos geradores” a partir do método de Paulo Freire com as “palavras geradoras” (FREIRE, 1968). Para Ramos, os objetos geradores são:

Em certo sentido, a pedagogia do diálogo contida na palavra geradora pode servir de base para o papel educativo do museu no ensino de História. É plausível defender o trabalho com objetos geradores. Em sala de aula, no museu ou em outros espaços educativos, o professor faria uma pesquisa e escolheria objetos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo por meio dos objetos selecionados (RAMOS, 2007, p. 287).

No texto, o autor desenvolve sua ideia considerando o que os objetos representam para o museu, sendo, muitas vezes, o principal foco do museu a conservação dos objetos históricos. Na visão de Ramos (2007), o trabalho com a cultura material é, ainda, inerente aos museus históricos, e a forma como os museus estabelecem a relação entre os objetos e os visitantes é o que fundamenta sua razão de existir. Desse modo, o autor expressa que:

O trabalho com objetos geradores não se vincula a reações nas quais o sujeito simplesmente descobre o objeto. Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações (RAMOS, 2007, p. 289).

Essas conexões mostram como as ideias de Francisco Lopes Ramos sobre o trabalho pedagógico com objetos em museus ressoam com os

princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire, enfatizando a importância da historicidade, da reflexão crítica, do papel ativo dos aprendizes e da relevância emocional na educação.

As ideias de Francisco Lopes Ramos, quando comparadas às de Paulo Freire, revelam uma apropriação profunda e consistente do pensamento freiriano. Ramos aplica os princípios de Freire de maneira tangencial e adaptada ao contexto dos museus históricos, demonstrando como esses espaços podem ser utilizados para promover um ensino de história crítico, participativo e emocionalmente envolvente. Isso evidencia que a influência de Freire sobre Ramos não é superficial, mas essencial para a construção de uma pedagogia museológica inovadora e transformadora.

A proposta educativa apresentada por Ramos foi realizada no início de 2003 no Museu do Ceará, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, que desenvolveu o Projeto Patativa. O projeto teve como objetivo trabalhar com catadores de lixo, utilizando a relação entre "palavra geradora" e "objeto gerador" (RAMOS, 2007). Essa abordagem buscava transformar a percepção e a relação dos participantes com o mundo ao seu redor. Os participantes foram incentivados a refletir sobre os objetos que coletam, debatendo seus significados, usos e potencial de transformação. Esse processo é similar ao uso das "palavras geradoras" de Freire, que parte do vocabulário e das experiências dos educandos para promover a aprendizagem. Ao debaterem os objetos encontrados no lixo e suas possíveis transformações, os participantes desenvolvem uma visão crítica sobre a sociedade de consumo e as dinâmicas de desperdício e reutilização. Eles discutem como transformar os objetos em dinheiro, artefatos para uso doméstico ou obras de arte, promovendo assim uma reinterpretação criativa e funcional do que é considerado lixo, como Ramos (2007) busca ressignificar os objetos na sociedade de consumo.

Francisco Lopes Ramos afirma que "O ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano. Falar sobre objetos é falar necessariamente acerca de nossa própria historicidade" (RAMOS, 2007, p. 299). Essa perspectiva pode ser aproximada das ideias de Paulo Freire, que enfatiza a importância de reconhecer o contexto histórico e social na construção do conhecimento. Para Freire, a educação deve ser um processo que considera a história e a cultura dos educandos, permitindo que eles se vejam como participantes ativos na transformação de sua realidade. Ramos (2007) fala sobre a necessidade de sair da memória para a História e depois retornar à memória para uma reflexão crítica sobre como essa memória se constitui.

Paulo Freire também valoriza a reflexão crítica como parte essencial do processo educativo. Para Freire (1968), a conscientização envolve a capacidade de refletir criticamente sobre o mundo e agir para transformá-lo. A reflexão sobre a memória e a história permite uma compreensão mais profunda e crítica das condições presentes e passadas, capacitando os indivíduos a se tornarem agentes de mudança. Freire defende uma educação dialógica, na qual os educandos são cocriadores do conhecimento. Ramos (2007) reflete essa ideia ao transformar os visitantes de museus em participantes ativos, incentivando interações que vão além da simples observação passiva. Ao promover a formação de "museus comunitários", Ramos incorpora a noção freiriana de que a educação deve ser um processo colaborativo e participativo.

O que aqui foi discutido sobre o objeto gerador, dentro e fora do museu, leva a crer que o grande esforço educativo é sair da memória para a História, deslocar-se do jogo das lembranças para as reflexões sobre o modo pelo qual tal jogo vai se constituindo. E é isso mesmo, mas não é somente isso. Torna-se necessário pensar na potência pedagógica de outra equação: sair da memória, entrar na História e fazer uma certa volta à própria memória. Ao lidar com objetos que, de alguma forma, são "memoráveis", o museu que não volta à memória corre o risco de perder sua especificidade de espaço expositivo. Se os

objetos não podem ser tocados, não devem perder a qualidade de "tocantes", de alimentar percepções marcantes, tarefa que somente a racionalidade da análise não consegue (RAMOS, 2007, p. 299).

Ramos (2007) argumenta que os objetos em museus devem ser "tocantes", capazes de alimentar percepções marcantes além da mera análise racional. Paulo Freire também defende que a educação deve ser uma experiência significativa e emocionalmente envolvente. Ele acredita que a educação deve conectar-se com a vida cotidiana dos alunos e estimular uma resposta emocional que motive a ação e a transformação. O que Ramos (2007) propõe como direcionamento para a transformação do meio é a consciência de que vivemos em uma sociedade de consumo, na qual os objetos rapidamente perdem seu valor e passam a se acumular nos lixões, e são os catadores que tentam ressignificar esses objetos.

1.2. Educação como Prática da Liberdade

Ao retornarmos ao conjunto de textos, notamos a presença da publicação *Educação como Prática da Liberdade*, lançada originalmente em 1967. Nessa obra, Paulo Freire examina as forças políticas e sociais que disputavam o poder no Brasil dos anos 1960, destacando a educação como um instrumento crucial para a transformação social. Ele argumenta que a falta de experiência democrática e a prevalência da opressão social impedem o florescimento de uma sociedade verdadeiramente livre. Além disso, o pedagogo critica a educação massificadora, que negligencia a promoção da reflexão crítica e da autonomia dos sujeitos, e detalha seu inovador método de alfabetização, fundamentado em palavras e temas geradores.

No texto "Diabruras do Saci: Museu, Memória, Educação e Patrimônio" (2004), Mário Chagas traz Paulo Freire para o diálogo ao

discutir as raízes da Nova Museologia. Embora Chagas (2004) mencione o texto de Freire, a citação se refere à publicação no livro *Vagues: Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie* de 1992, organizado por André Desvallées, onde um capítulo é a tradução para o francês da obra *Educação como Prática da Liberdade* de 1967. Chagas (2004) menciona Freire para mostrar que o pedagogo influenciou o desenvolvimento de uma nova prática museológica, que posteriormente ficou conhecida como Movimento pela Nova Museologia. Essa prática compreendia que o museu era mais do que um simples depósito de objetos antigos ou representante da elite dominante, podendo ser utilizado como ferramenta de transformação social. Ademais, Chagas (2004) critica o fato de a obra de Freire ser ignorada no desenvolvimento das atividades e conceitos de educação em museus.

Ao mapear a obra mencionada por Mario Chagas, publicada no compêndio sobre a história da Nova Museologia, observamos uma diversidade de textos, divididos em dois volumes, que contextualizam o nascimento e a consolidação das práticas de uma museologia social, mais preocupada com as pessoas do que com os objetos. Mas onde Paulo Freire se encaixa nesse contexto, e por que seu texto está incluído em uma coleção de trabalhos sobre a Nova Museologia? Nas palavras de Chagas, a influência de Freire é clara:

Veja-se os dois volumes da coletânea *Vagues* (Ary e Wasserman, 1992 e 1994), publicados na França. Veja-se também os inúmeros depoimentos de Hugues de Varine sobre a importância do pensamento radical de Paulo Freire para sua formação pessoal (Varine, 1979). Alguns profissionais de museus brasileiros foram sensibilizados pela obra de Paulo Freire a partir dos depoimentos de Hugues de Varine (CHAGAS, 2004, p. 143).

Quando Desvallées (1992) inclui a tradução de *Educação como Prática da Liberdade* em sua obra, ele demonstra que o pedagogo brasileiro influenciou o desenvolvimento da Nova Museologia e que essa

nova abordagem museológica estava alicerçada em uma compreensão mais humanística, revolucionária e social.

É fundamental destacar que tanto a obra de Paulo Freire quanto as ideias da Nova Museologia emergem de um contexto marcado por intensos movimentos e lutas sociais. Na segunda metade do século XX, especialmente durante a década de 1960, diversos movimentos começaram a questionar as estruturas de discriminação educacional. As manifestações estudantis de 1968, especialmente na França, levantaram questões sobre o papel dos museus, entendidos até então como instituições acessíveis apenas a uma elite intelectual. Como aponta o historiador Ulpiano Meneses, a frase "queime o Louvre" (MENESES, 1992, p. 03) foi evocada durante esse período, simbolizando uma crítica à elitização da cultura.

Os resultados desse movimento foram o surgimento de museus mais preocupados com os sujeitos do que com a formação das coleções. Por outro lado, a problemática dos museus históricos em criar uma relação mais dialógica com o público adentrou o século XXI e é presente.

2. REDESENHANDO OS MUSEUS

Françoise Vergès, ao trabalhar com a pauta da decolonização dos museus, apresenta algumas das problemáticas ligadas à formação das coleções museológicas, considerando que são objetos que representam uma história de dominação de uma classe sobre outra. As desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que existem nos acervos museológicos são o reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, pela colonização, pelo capitalismo racial e pelo imperialismo (VERGÈS, 2023, p. 12).

Françoise Vergès, ao trabalhar com a pauta da decolonização dos museus, aponta problemáticas relacionadas à formação de coleções

museológicas que refletem uma história de dominação e desigualdades estruturais. Para a autora, “as desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que existem nos acervos museológicos são o reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, pela colonização, pelo capitalismo racial e pelo imperialismo” (VERGÈS, 2023, p. 12).

No contexto brasileiro, um exemplo que dialoga com esse apontamento é o caso do Museu Histórico Nacional (MHN), cuja coleção militar expressiva — composta por indumentárias, armas, quadros e bustos — busca construir uma narrativa de passado grandioso da nação. Por outro lado, coleções como a Zaira Trindade, composta por objetos sagrados de matriz africana e doada à instituição em 1999⁵, permaneceram por quase vinte anos na reserva técnica. Somente em 2018, com uma curadoria compartilhada entre o MHN e o movimento negro, a coleção passou a receber tratamento adequado. Como resume Aline Magalhães:

Ao analisar quatro décadas de exposições no MHN, buscando identificar as referências à experiência afrodiaspórica na história do Brasil nele reproduzidas, inferimos que houve muitas formas de contestação ao projeto historiográfico e expográfico dos primeiros anos de atividades da instituição e vários esforços em romper com eles, especialmente em momentos políticos favoráveis para o campo da cultura, como as décadas de 1980 e 2000. Entretanto, iniciativas pontuais, muitas vezes bem-sucedidas, não foram suficientes para suplantar o peso de uma historiografia conservadora arraigada na instituição. Uma vez que se manteve restrito a aspectos do trabalho escravo, da contribuição cultural à nação e do mito das três raças. O aumento do número de objetos em exposição, a exemplo de Maria Cambinda, da instalação artística “Altar de Oxalá” e das telas grafitadas de Acme e Airá Ocrespo, não resultou em maior visibilidade da história de negras e negros no Brasil. Portanto, as exposições continuam marcadas por silenciamentos, hierarquização, domesticação e invisibilização da história afrodiaspórica (MAGALHAES, 2022, p. 20-21).

5 Para ler sobre a coleção, acesse: <https://artsandculture.google.com/story/owXR6da3lmm7JQ>
Acesso em 24 de mai. de 2024.

Considerando o museu em sua dimensão educacional, essas iniciativas, mesmo que pontuais, são importantes para abrir espaço ao diálogo e à crítica sobre os modos tradicionais de fazer museu. Porém para que se efetive em uma prática, é necessário que se transforme em política pública de museus. Nesse sentido, a nova definição de museu aprovada pelo ICOM em 2022 representa um avanço conceitual, na tradução para língua portuguesa, estabelece:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a **participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento** (ICOM, 2022, grifo nosso).

O novo conceito é mais amplo e reconhece a diversidade de funções sociais dos museus, refletindo uma evolução iniciada ainda nos anos 1970, quando se passaram a considerar os museus como instituições dinâmicas e comprometidas com a transformação social. Essa concepção de museu como espaço de disseminação do conhecimento, acessível e inclusivo, dialoga com os princípios de Paulo Freire, especialmente no que tange à participação ativa das comunidades, à valorização da diversidade e à promoção de práticas democráticas.

O horizonte que se descortina é promissor, à medida que os museus se integram aos territórios e ramificam suas funções sociais, encontrando novas formas de expor e comunicar. Isso é particularmente relevante para os museus históricos que ainda serão criados, pois reforça a ideia de que o patrimônio cultural diz respeito não apenas à identidade, mas ao direito ao passado e à memória, ampliando-se com os movimentos e lutas sociais. Nesse sentido, Brulon (2020, p. 17) observa:

É nesse sentido que o museu – como dispositivo de poder cunhado para servir aos Estados nacionais na Europa – se faz um instrumento de apropriação patrimonial, por meio do qual é possível reparar danos do passado e reformular as narrativas em que as pessoas estão historicamente inseridas e a partir das quais se constroem os valores do grupo (BRULON, 2020, p. 17).

Torna-se necessário, assim, superar a ideia de que os museus históricos devem ser construídos apenas a partir dos objetos. Ao contrário, eles devem ser alicerçados nos sujeitos e em suas narrativas, representando processos sociais em toda a sua complexidade. O museu histórico — compreendido aqui como tipologia institucional — pode alinhar-se às bases da Museologia Social, sendo parte ativa no desenvolvimento comunitário.

Caminhamos na direção de uma reinvenção do museu histórico — uma invenção decolonial. Isso implica encontrar modos mais dinâmicos e interativos de envolver os visitantes, promovendo a reflexão crítica e a participação ativa. Museus devem tornar-se espaços verdadeiramente democráticos, onde diferentes vozes e perspectivas sejam valorizadas, e onde o diálogo e a cocriação de significados sejam fundamentais. Essa transformação é essencial para promover uma representação mais justa da história e da cultura, contribuindo para um processo de decolonização mais amplo na sociedade.

Sobre a importância de imaginar outros futuros possíveis, Vergès (2023, p. 79) destaca:

Um exercício decolonial é imaginar formas diferentes de exposição e representação, é fazer exercícios de especulação fictícia. Não se permitir esse exercício é admitir que o mundo é imutável. Criar utopias emancipatórias dentro da tradição daquelas que os/as dominados/as alimentaram desde sempre permite agir e tornar possível o que todos acreditam impossível. A abolição da escravatura pelos/as escravos/as foi uma dessas utopias emancipatórias: ela nasceu num mundo em que a escravidão era um elemento de ordem, a ponto de se acreditar que o fim da escravidão causaria uma mudança tão grande que o mundo jamais se recuperaria (VERGES, 2023, p.79).

A luta pela decolonização dos museus é, portanto, uma extensão da luta pelos direitos humanos e pelo direito à memória. Nesse sentido, Marília Bonas (2019, p. 49–50, grifo nosso) afirma:

Todos os museus são museus de direitos humanos, na medida em que são lugares onde o homem encontra a si mesmo e à humanidade por meio de objetos, vetores materiais ou não. Estes lugares privilegiados devotados à sociedade e ao que ela produz, sob os mais diversos arranjos, tratam necessariamente de direitos: **o direito à memória, à identidade em toda sua potência e diversidade, à dignidade, à educação, ao trabalho, à moradia, à liberdade, ao direito à migração, ao lazer.** (BONAS, 2019, p.49 - 50, grifo nosso).

Bonas (2019) também enfatiza que os museus contemporâneos não podem mais ser espaços pacificados para narrativas hegemônicas, elitistas ou colonialistas. Suas coleções não devem permanecer inacessíveis ao grande público, tampouco suas práticas podem estar subordinadas a decisões autoritárias ou ditames do mercado capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avançamos na defesa de uma educação em museus crítica, comprometida com a transformação social e com a valorização das memórias plurais. Para isso, é fundamental ampliar os diálogos entre museologia e educação, romper com a lógica da neutralidade institucional e afirmar os museus históricos como territórios de disputa simbólica, escuta ativa e construção de futuros mais justos.

A análise dos autores estudados evidencia a presença significativa, embora ainda minoritária em números, do pensamento de Paulo Freire no campo museal. Rui Mourão (2005), Yazid Jorge Guimarães Costa (2016), Francisco Régis Lopes Ramos (2007) e Mário Chagas (2004) utilizam conceitos centrais da pedagogia freiriana para criticar práticas hegemônicas e propor alternativas pautadas na escuta, participação e protagonismo dos sujeitos. Essa presença é potente do ponto de vista

conceitual, pois permite tensionar o lugar tradicional do museu como transmissor unilateral de conhecimento.

Inspirados por Freire, os museus históricos — tradicionalmente vinculados à perpetuação de narrativas de poder — podem ressignificar suas funções, promovendo uma educação dialógica, crítica e transformadora. Ao romper com o modelo autoritário, tornam-se espaços nos quais os visitantes participam ativamente da construção do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada da história.

REFERÊNCIAS

BONAS, Marília. Museus e direitos humanos no Brasil: um breve ensaio. Revista do centro de pesquisa e formação. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 8, p. 47-57, 2019.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, p. e1, 2020.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia**, v. 1, n. 1, p. 136-146, 2004.

COSTA, Y. J. G. . Museu, memória e gestão: Políticas do Museu do Ceará (1990-1993). **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 48, p. 235-258, 2016.

DESVALLÉES, André. Vagues Une anthologie de la nouvelle muséologie. Éditions W -- MNES; 1992.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 30, p. 1–29, 2022 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195824> Acesso em: 5 abril. 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Para que serve um museu histórico?. **Como explorar um museu histórico**. Museu Paulista, 1992.

MOURÃO, Rui. Ao sabor e aos saberes de Paulo Freire: experiência de educação patrimonial em Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, p. 207-219, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. As tramas do objeto do ensino de História. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 39, ano 2007.

VERGÊS, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. Ubu Editora, 2023.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

SÁ, P. C. da C. PERIÓDICOS, EDUCAÇÃO EM MUSEUS HISTÓRICOS E AS INFLUÊNCIAS DE PAULO FREIRE. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 10, nº 23, jan-jun/2025, p. 27-50.